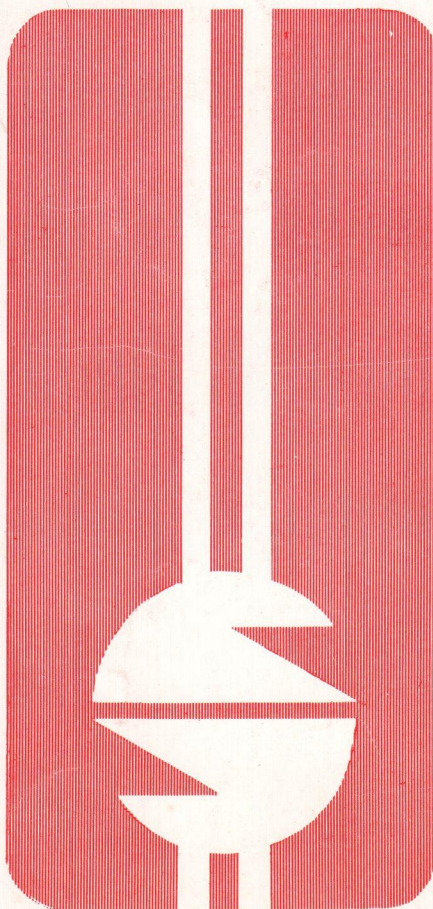


Faculdade  
de Ciências Econômicas  
UFRGS

# análise econômica

nesta edição:

- CRESCIMENTO ABSOLUTA E RELATIVAMENTE EMPOBRECEDOR E A TESE DE PREBISCH E SINGER – Andrea Maneschi
- BASE TEÓRICA PARA INTERPRETAÇÃO DO PROGRESSO TÉCNICO E PROCESSO DE TRABALHO NO CAPITALISMO A PARTIR DE MARX – Edemar J. Buzanello e Silvio A. F. Cário
- NOTAS SOBRE O CRESCIMENTO INDUSTRIAL BRASILEIRO: 1974 – 1982 – Silvia Horst Campos
- 20 ANOS DE PADRONIZAÇÃO DE ORÇAMENTOS E BALANÇOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA  
Manoel Marques Leite
- O MODELO DE DOIS HIATOS – O CASO BRASILEIRO RECENTE  
Flávio Soares Damico
- AS MODIFICAÇÕES TECNOLÓGICAS NAS CONDIÇÕES MODERNAS: REFLEXÕES DE UM ECONOMISTA – Paolo Sylos-Labini



**DIRETOR DA FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS:**

Prof. Antônio Carlos Santos Rosa

**VICE-DIRETOR:** Prof. Nelson Rokembach

**CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS:**

Prof. Renato Batista Masina

**CONSELHO EDITORIAL:** Prof. Pedro Cezar Dutra Fonseca (Presidente)

Prof. Achyles Barcelos da Costa

Prof. Carlos Augusto Crusius

Prof. Claudio Francisco Accurso

Prof. Edgar Augusto Lanzer

Prof. Ernani Hickmann

Prof. Nali de Jesus de Souza

Prof. Nuno Renan L. de Figueiredo Pinto

Prof.<sup>a</sup> Otilia Beatriz Kroeff Carrion

Prof. Roberto Camps Moraes

Prof.<sup>a</sup> Yeda Rorato Crusius

**ANÁLISE ECONÔMICA** é uma publicação semestral da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, visando divulgar estudos e pesquisas de seu corpo docente e discente na área de Economia. Aceitam-se, entretanto, artigos e resenhas bibliográficas de economistas e técnicos não vinculados à Instituição. As matérias assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores. É permitida a reprodução parcial para fins didáticos.

Toda a correspondência, material para publicação, assinaturas e permutas devem ser dirigidas a:

Prof. PEDRO CEZAR DUTRA FONSECA

Revista Análise Econômica

Avenida João Pessoa, 52 – 3º andar

90.000 – Porto Alegre (RS) – Brasil

# NOTAS SOBRE O CRESCIMENTO INDUSTRIAL BRASILEIRO: 1974 – 1982 \*

*Silvia Horst Campos* \*\*

A economia brasileira, desde meados de 1974, ingressou numa fase crítica originada, basicamente, na dinâmica da acumulação do ciclo expansivo anterior. No período 1968-73, a economia brasileira passara por uma fase de intensa ampliação de sua capacidade produtiva, liderada pela expansão da indústria de bens de consumo duráveis. A superacumulação de capital, devida ao crescimento acelerado dos setores líderes superior à taxa de expansão da demanda efetiva, levou a uma inflexão no ciclo de crescimento. Paralelamente, intensificaram-se pressões inflacionárias e aumentou o endividamento externo de forma que o choque externo, provocado pelo petróleo em fins de 1973, incidiu sobre uma situação de preços e de balanço de pagamentos já vulnerável.

A crença nas potencialidades da economia brasileira de superação da crise levou à adoção do II PND, caracterizado pela projeção e realização de grandes investimentos no setor de bens de capital e de insumos básicos, que passou a liderar o processo de acumulação financiado, basicamente, com recursos externos.

Tal padrão de expansão, porém, não se mantém e sobrevém um agravamento da crise no final da década de 70 e princípio da de 80. A inflação atinge, então, taxas elevadíssimas, o serviço da dívida cresce e a produção industrial começa a cair em função da política econômica restritiva adotada

---

\* Trabalho escrito para a disciplina de Economia Brasileira do Curso de Pós-Graduação em Economia/UFRGS.

\*\* Aluna do Curso de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

ANÁLISE ECONÔMICA	ANO II	Nº 3	MAR/1984	p. 39-63
-------------------	--------	------	----------	----------

até que, em 1981, a economia brasileira entra em recessão, nela permanecendo até o momento atual.

## 1. A DINÂMICA DA INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA RECENTE

A observação do crescimento industrial brasileiro, a partir da segunda metade dos anos 50, revela um caráter marcadamente cíclico, tendo a expansão do produto manufatureiro apresentado três inflexões agudas: 1962, 1967 e 1974.

A partir do Plano de Metas, os setores líderes da industrialização pesada foram os setores produtores de bens duráveis de consumo e de bens de capital (em particular os setores de material de transporte e de material elétrico). A liderança desses setores é explicada pelo fato de serem eles que dominam o processo de acumulação de capital do setor industrial privado.<sup>1</sup>

Com efeito, desde que se instalou a indústria de material de transporte e de material elétrico sob o controle do grande capital internacional, ocorreu uma expansão industrial que conduziu a um padrão de acumulação de capital em que o investimento público era complementar ao investimento privado estrangeiro, ambos estimulando conjuntamente o investimento privado nacional.

Os efeitos multiplicadores dinâmicos dos grandes investimentos — realizados num conjunto reduzido de setores — em termos de realimentação da própria taxa de expansão intra-setorial da indústria e da ampliação de sua base produtiva, são os que realmente interessam. Isso porque a questão central da dinâmica cíclica está justamente nestes efeitos, já que o investimento não se mantém indefinidamente acelerado. Uma vez terminados os efeitos de difusão de um conjunto de investimentos complementares sobre o crescimento da capacidade produtiva do complexo metal-mecânico, a demanda corrente interindustrial será insuficiente para manter o ritmo de crescimento do conjunto da indústria.

Em resumo, a industrialização sob a liderança dos setores de bens duráveis de consumo e de bens de capital não consegue se sustentar por um período prolongado, haja vista a sua incapacidade de, uma vez passando o período de aceleração da sua taxa de crescimento, garantir a realimentação

---

<sup>1</sup> TAVARES, Maria da Conceição. "La dinámica cíclica de la industrialización reciente del Brasil". *El Trimestre Económico*. Mexico, XLVII (1985) : 3, ene/mar. 1980.

da demanda interindustrial. E mais, devido ao limitado peso relativo dos setores líderes na produção industrial global, a base de apoio intra-setorial é insuficiente para alimentar, inclusive, sua própria demanda.

Uma vez atingido esse estágio, a reversão do ciclo tende a produzir-se de forma acentuada, sendo que a sustentação da demanda final nos períodos recessivos passa a apoiar-se no investimento público (principalmente na construção civil) e no crescimento vegetativo do emprego nos setores de serviços público e privado, especialmente naqueles que se expandem naturalmente com a taxa de urbanização.

Paralelamente ao dinamismo dos novos setores produtivos, continua a expansão da produção de bens de consumo não-duráveis. Sua taxa de crescimento, apesar de mais lenta, não impede a ocorrência de grandes investimentos e modificações estruturais no auge do ciclo de acumulação que compreende toda a economia urbana. E, quando cessa a capacidade de realimentação da demanda interindustrial dos setores líderes, o peso absoluto dos setores de bens de consumo não-duráveis, com seus mercados externos à indústria, reaparece como principal componente da demanda industrial corrente. "Sua capacidade de sustentação, porém, depende da taxa de crescimento do emprego e da taxa de salário, ou seja, depende da taxa de acumulação urbana e por isso é incapaz de se manter por si mesma no auge do ciclo".<sup>2</sup>

É importante salientar, no entanto, que a indústria de bens de consumo não-duráveis não tem comprometido seu crescimento de longo prazo, dadas as rápidas taxas de urbanização e o fato de representar bens consumíveis pela totalidade dos trabalhadores. Já sua dinamicidade depende do movimento de acumulação, expansão e diferenciação do capital urbano, pois, tal como assinalou Kalecki, o crescimento do consumo dos trabalhadores depende do crescimento do consumo e do investimento capitalistas.

Procurando, agora, melhor posicionar, no tempo, a dinâmica cíclica da industrialização recente brasileira, serão efetuados alguns comentários sobre o comportamento e as características das categorias de uso final desde 1968.

Ao contrário do período 1956/62, em que o setor dominante foi o de bens de produção, desempenhando a instalação do de bens duráveis de consumo um papel subordinado, no período 1968/73 fez-se clara a dominân-

---

<sup>2</sup> TAVARES, Maria da Conceição & BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello.. "Notas sobre o processo de industrialização recente no Brasil". *Revista de Administração de Empresas*, Rio de Janeiro, FGV, V. 19, nº 1, jan/mar. 1979, p.7.

cia desse setor — principalmente indústria automobilística e construção civil. construção civil.

Uma vez preenchidas as condições para o crescimento acelerado do setor de duráveis — existência de capacidade ociosa e alargamento das possibilidades de endividamento das famílias, via crédito e concentração de renda, — ocorre a recuperação do crescimento industrial, em termos correntes, permitindo a aceleração da taxa de acumulação. Embora seu peso relativo na produção corrente da indústria não explique quantitativamente a taxa de crescimento global, “sua inserção peculiar na estrutura industrial determina uma elasticidade cíclica extremamente acentuada de seus efeitos de encadeamento para trás e para frente”<sup>3</sup>

É apenas após a expansão do setor de duráveis que ocorre a recuperação da indústria de bens de produção, implicando uma defasagem dos ritmos de acumulação, sendo importantes as repercussões desse hiato para a dinâmica da economia. Isto porque a indústria de duráveis é incapaz de manter a longo prazo um crescimento autogerado<sup>4</sup>, como o é a indústria de bens de produção. E, passada a etapa de montagem, essa indústria perde a capacidade de liderar, por períodos cada vez maiores, o crescimento industrial global.

Tendo por base as considerações até aqui efetuadas, percebe-se que boa parte da expansão da taxa de acumulação na indústria de bens de produção foi, direta ou indiretamente, induzida pela indústria de duráveis.

O grande desenvolvimento do setor de bens de capital, verificado nos anos 70, deu-se pelo crescimento mais que proporcional do subsetor de bens de capital/consumo. Isso porque “a modernização e ampliação da capacidade produtiva das principais indústrias de bens de consumo não-duráveis (têxtil e alimentar) dá-se por saltos, após um período de aceleração da taxa de acumulação, no auge do ciclo, não tendo, porém, efeitos realimentadores importantes sobre a expansão e modernização do parque de bens de capital/consumo”.<sup>5</sup>

---

<sup>3</sup> A participação do setor de bens duráveis de consumo no produto industrial total e na indústria de transformação foi, no período 1965-73, 18,5% e 22,6% respectivamente. In TAVARES, op. cit. nota 2, p. 8.

<sup>4</sup> “Exige para a continuidade de seu crescimento acelerado uma contínua ampliação das taxas de crescimento da demanda que não é capaz por si só, de gerar”. In CARDOSO DE MELLO, João Manuel & BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. “Reflexões sobre a crise atual”. *Escrita Ensaio*. Ano 2, nº 2, 1977, p. 23.

<sup>5</sup> TAVARES, op. cit., nota 2, p. 8.

Apesar de a indústria de bens de capital haver apresentado um crescimento auto-sustentado após 1970, promovendo um certo reforço na expansão da demanda de duráveis, a crise seria inevitável: primeiro, porque a estrutura de gasto, bem como a de emprego, geradas pela sua expansão, não afetam o crescimento da demanda de duráveis de modo a acompanhar o crescimento ou mesmo a manutenção da taxa de acumulação; e, segundo, porque a própria capacidade de expansão da indústria de bens de capital é limitada por problemas de escala, mercado e fontes de financiamento.<sup>6</sup>

A questão do financiamento foi particularmente importante, pois, uma vez que o sistema financeiro privado estava montado para financiar o desempenho da indústria de duráveis, restava a alternativa de concentrar recursos através do sistema financeiro público — principalmente recursos externos — e colocá-los à disposição das empresas situadas nos setores de base. Por exemplo, o financiamento do investimento no setor de bens de capital e insumos básicos, preconizado no II Plano Nacional de Desenvolvimento, fez-se basicamente a partir da utilização de recursos externos, dado o enorme volume de recursos que ingressaram na economia.

O período 1971-73 representou um enorme esforço de investimento, elevando significativamente a taxa de acumulação de capital. A acentuada capitalização da indústria automobilística (70% de incremento de capital fixo em 1973), a retomada e aceleração do programa siderúrgico estatal, os investimentos estatais em telecomunicações, combustíveis e petroquímica, bem como a modernização e expansão de algumas indústrias de bens de consumo não-duráveis e a aceleração da taxa de acumulação de capital dos setores de equipamentos pesados, liderados pelas grandes empresas internacionais, geraram uma superacumulação de capital apoiada em endividamento externo. Essa sobreacumulação ao servir de base para uma redução nas expectativas ou lucro das empresas, levando a uma subsequente queda nos investimentos, conduziu à reversão do ciclo de conjuntura.

Portanto, de acordo com essa interpretação da dinâmica da industrialização recente, a desaceleração do crescimento industrial após 1974 é vista como uma “crise de realização dinâmica, isto é, existência de um potencial de acumulação superior à capacidade de crescimento efetivo”.<sup>7</sup>

A reversão endógena do ciclo de expansão não se manifestou de forma tão abrupta como ocorreu no período anterior (1963) graças ao investimento estatal que continuou crescendo até 1977 e ao fato de as grandes empresas haverem diminuído, mas não paralisado o ritmo de investimento.

---

<sup>6</sup> CARDOSO DE MELLO, op. cit. nota 4, p. 24.

<sup>7</sup> CARDOSO DE MELLO, op. cit. nota 4, p. 23.

Assim, nos primeiros anos que sucederam o ponto de inflexão do ciclo de crescimento industrial, que, além de suas limitações endógenas sofreu os efeitos de uma conjuntura internacional adversa, evidenciou-se a paulatina perda de liderança do setor de bens duráveis de consumo em favor da indústria de bens de capital e insumos básicos.

Os efeitos acelerados da fase do auge do ciclo expansivo, combinados com os objetivos do II PND, impulsionaram fortemente os investimentos no setor de bens de produção, impedindo a ocorrência de uma crise de grandes proporções. Torna-se, assim, evidente a importância dos investimentos públicos ocorridos na época, no sentido de manter uma certa taxa de crescimento do setor industrial e, em consequência, da economia. No entanto, o investimento público, graças à descontinuidade e porte de seus projetos, não consegue sustentar indefinidamente as taxas de investimento e produção correntes, principalmente quando os problemas de balanço de pagamentos e endividamento externo ganham importância crescente. Na verdade, os setores capazes de mover o processo de acumulação industrial, impondo-lhe um componente ativamente cíclico, são representantes do capital privado, e mais que privado, internacional.

Assim, a tentativa de desenvolver uma base técnico-produtiva autônoma mediante o crescimento auto-sustentado dos setores de bens de produção não apresentou grandes possibilidades de realização, tendo em vista serem muito limitadas as suas bases produtiva, financeira e social, de apoio. E, "a reversão da taxa de acumulação de capital é, portanto, inexorável".<sup>8</sup>

O aumento do endividamento externo e a pressão sobre o balanço de pagamentos e o recrudescimento do processo inflacionário são os grandes problemas do final da década de 70 e princípio da de 80. Face a uma política violentamente restritiva posta em prática pelo Governo Federal, a taxa de acumulação da economia atingiu níveis bastante baixos e a economia brasileira passou de uma fase de desaceleração do crescimento para uma recessão. A dinâmica da industrialização brasileira, contudo, continuou atrelada aos setores de bens de capital e bens duráveis de consumo. São estes os setores que ao perderem a sua capacidade de liderar o processo de acumulação, "puxaram para baixo" as taxas de crescimento do setor industrial e da economia como um todo.

Difícil é saber, frente às dificuldades enfrentadas pela economia brasileira, na atualidade, quais os novos caminhos que serão trilhados, e qual o setor que efetivamente reassumirá a liderança do processo de acumulação.

---

<sup>8</sup> TAVARES, op. cit. nota 2, p. 12.



## 2. O "MILAGRE" ECONÔMICO (1968-73)

A fase de desaceleração de crescimento industrial inaugurada em 1974 tem suas raízes mais profundas nas características do padrão de acumulação do período expansivo anterior. Por essa razão, procurar-se-á, a seguir, apontar os aspectos mais relevantes daquele período que ficou conhecido como o "milagre" econômico brasileiro.

A evolução do produto industrial brasileiro, no período compreendido entre 1968 e 1973, mostra taxas excepcionalmente elevadas, tal como pode ser constatado através do exame dos dados da tabela 1.

TABELA 1

Taxas de crescimento do produto real da indústria de transformação, por categorias de uso, no Brasil — 1967-73

ANOS					(em %)
	BENS DE CAPITAL	BENS INTERMEDIÁRIOS	BENS DE CONSUMO		IND.
			Duráveis	Não-duráv.	TOTAL
1967	-4,0	1,1	8,9	2,7	1,7
1968	27,5	20,8	21,1	12,1	16,9
1969	7,6	9,6	33,8	9,4	10,4
1970	14,3	14,3	22,8	11,1	12,9
1971	15,5	17,0	25,4	10,7	14,2
1972	29,4	16,3	19,0	16,5	18,2
1973	31,0	14,2	21,0	11,8	15,8
Média anual 67/73	20,5	15,3	23,8	11,8	14,7

FONTE: FIBGE — DEICOM e FGV. Elaboração: IPEA/INPES.

É evidente a predominância do setor produtor de bens duráveis de consumo, acompanhada de perto do setor produtor de bens de capital, o que vem comprovar, empiricamente, os aspectos teóricos acerca da dinâmica cíclica da industrialização brasileira recente abordados no tópico anterior. O rápido e contínuo crescimento do investimento, no período, "exerceu efeitos aceleradores vigorosos sobre a demanda de bens de capital e, conjun-

tamente com a expansão dos bens de consumo duráveis, sobre a demanda de bens intermediários".<sup>9</sup>

Entre os fatores que propiciaram a recuperação que correspondeu ao início do vigoroso ciclo expansivo que terminou em 1973 destacam-se, segundo estudo realizado por Bonelli e Malan<sup>10</sup>: a) expansão do crédito ao consumo; b) facilidades de financiamento à construção residencial e aquisição de moradias, juntamente com obras de infra-estrutura; c) facilidades e subsídios concedidos às exportações particularmente de manufaturados; e d) políticas monetárias e fiscal expansionista, de porte clássico que mantiveram elevado o volume de gasto público e privado em consumo e em investimento.

Tais fatores certamente contribuíram para dinamizar a demanda de bens duráveis de consumo, cujo crescimento foi favorecido principalmente por uma maior concentração pessoal de renda — preservação do poder de compra dos grupos médios-altos — além da elevação das possibilidades de endividamento das famílias.

A manutenção das elevadas taxas de crescimento do período como um todo, porém, dependeu ainda de outras condições, ressaltando-se a conjunção de fatores endógenos e exógenos à economia brasileira. De fato, o auge do ciclo coincidiu com um período de grande prosperidade nos países industriais, principais importadores do Brasil, dinamizando as exportações brasileiras e com uma época de elevada liquidez do sistema financeiro internacional, o que facilitou o endividamento externo. Paralelamente a esses fatores, ocorreu ainda uma melhora substancial nos termos de intercâmbio (20% entre 1967 e 1973) além da possibilidade de utilizar uma capacidade produtiva já instalada e que se encontrava ociosa em 25% em 1967.<sup>11</sup>

Como já foi dito anteriormente, a taxa de acumulação, no período em estudo, foi elevada. Entre 1966 e 1971, o estoque de capital industrial crescia a cerca de 8,3% ao ano, enquanto o produto da indústria de transformação aumentava à taxa média de 14,5% (1967/72), o que só foi possível graças à existência de capacidade ociosa no início do período.

A partir de 1971, no entanto, acelera-se a taxa de formação bruta de capital fixo, inclusive com uma participação crescente das importações de bens de capital. A tabela 2 apresenta dados a respeito.

---

<sup>9</sup> SERRA, José. "Ciclos e Mudanças Estruturais". *Revista de Economia Política*. Brasiliense, São Paulo, 2(6) : 38, abr./jun. 1982.

<sup>10</sup> BONELLI, Regis & MALAN, Pedro S. "Os limites do possível: notas sobre balanço de pagamentos e indústria nos anos 70". *Pesquisa e Planejamento Econômico*. IPEA, 6(2) : 371-4, 1976.

<sup>11</sup> FURTADO, Celso. *A nova dependência: dívida externa e monetarismo*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1982 p. 21-4.

Como se pode constatar, as importações de bens de capital cresceram bem mais rapidamente que a produção doméstica. Para tal, devem ter contribuído as facilidades de crédito externo e o fato de a demanda ter crescido a taxas que dificilmente poderiam ter sido atendidas pela produção interna.

O aumento da participação da formação de capital fixo no PIB e o grau de utilização da capacidade produtiva instalada (90% em 1973) atestam a dinamicidade da economia, mas também conduzem à hipótese de que a crise que iniciou em 1974 teve sua principal origem na superacumulação de capital na fase expansiva do ciclo. Significa dizer que o chamado choque externo provocado pelo petróleo em fins de 1973 incidiu sobre a economia brasileira quando nesta já se faziam sentir os primeiros sinais da reversão do ciclo, não podendo ser entendido como causa desta, senão como agravante.

TABELA 2

Taxa de formação bruta de capital fixo (FBCF) e participação dos bens de capital (importados) e produzidos domesticamente no investimento total no Brasil — 1965-75

(em %, a preços const. 1970)

ANOS	FBCF/PIB	Import. BK/FBCF	Prod. interna/FBCF
1965	16,1	7,7	45,4
1966	17,6	10,4	46,3
1967	17,6	12,2	42,5
1968	19,8	12,6	44,0
1969	19,8	13,1	43,5
1970	21,0	13,9	42,6
1971	22,0	15,7	42,3
1972	24,4	16,6	44,7
1973	26,5	14,8	48,3
1974	28,5	18,5	46,6
1975	28,7	18,5	47,1

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Centro de Contas Nacionais (FGV). In BONELLI, op. cit. nota 10, p. 389.

Efetivamente, o ciclo expansivo, tal como costuma ocorrer, trazia, em seu bojo, os desequilíbrios que levariam à sua reversão. José Serra, em artigo publicado em 1982, coloca de uma forma muito satisfatória as desproporções inter e intra-setoriais do crescimento no período 1967-73.<sup>12</sup> No que se refere à indústria, tais desproporções caracterizam-se pelo considerável atraso do crescimento da produção de bens de produção com relação ao setor de bens de consumo duráveis, não-duráveis e da construção civil. A outra desproporção ocorreu devido à defasagem da produção agrícola para o mercado interno, cujo crescimento foi impulsionado pela evolução da indústria e da massa de salários. Ressalte-se, contudo, que esse atraso não se deveu a um declínio da expansão do setor, mas sim à ênfase maior à produção de produtos exportáveis.

Ambas as desproporções geraram pressões inflacionárias que se intensificariam em 1973 pois, neste ano de auge do ciclo, as pressões de demanda foram excepcionalmente fortes. Esses fatores, porém, não foram os únicos decisivos para a inflexão da curva inflacionária: ainda antes da crise do petróleo, a inflação mundial exerceu uma dupla pressão sobre os preços domésticos, via importações e exportações de matérias-primas e alimentos. Assim, é importante observar que o choque externo, provocado pelo petróleo em fins de 1973, incidiu sobre uma situação de preços e de balanço de pagamentos tendencialmente vulnerável.

### **3. A INFLEXÃO DO CRESCIMENTO ECONÔMICO E A DESACELERAÇÃO (1974-81)**

#### **3.1 – ASPECTOS RELEVANTES DA INFLEXÃO**

A economia brasileira ingressou numa fase crítica em meados de 1974, ainda que, no início, o diagnóstico corrente da situação não captasse a gravidade do momento econômico. Um falso diagnóstico, baseado na crença de que tão logo fosse superada a “atipicidade” de 1974 a economia brasileira poderia retomar taxas de crescimento de 10%, com inflação sob controle (15% em 1974) e balanço de pagamentos equilibrado, levou a abrir as portas para as importações e a procura por financiamento externo.

As importações brasileiras aumentaram em 33,5% em 1974, em volume físico, enquanto as exportações cresciam apenas 6%, levando a um saldo

---

<sup>12</sup> SERRA, José. “Ciclos e mudanças estruturais”. *Revista de Economia Política*, São Paulo, 2(6): 40-2, abr/jun. 1982.

negativo da conta corrente do balanço de pagamentos de 7,1 bilhões de dólares. Tal foi a procura por importações que o seu valor duplicou entre 1973 e 1974 (de US\$ 6,2 bilhões para US\$ 12,6 bilhões), sendo apenas 60% deste aumento devido à elevação dos gastos com petróleo. O recurso maciço à poupança externa com vista a manter elevada a taxa de investimento (processo iniciado durante o período do "milagre"), numa época de deterioração dos termos de intercâmbio e rigidez de oferta interna, provocou um aumento da dívida externa de 12,5 para 21,2 bilhões de dólares, entre 1973 e 1975.

O processo inflacionário, por sua vez, mostrava sinais de evidente recrudescimento. Entre 1967 e 1973, houvera a manutenção de um patamar inflacionário relativamente constante (apesar de pressões correntes de demanda) conseguido por meio de uma política de rendas perversa. Entre 1973 e 1974, porém, a taxa de inflação mais do que dobra (passa de 15,5% para 34,6%), principalmente em função das desproporções endógenas no crescimento da economia brasileira, mas também em decorrência do choque exógeno do aumento dos preços do petróleo e de matérias-primas básicas.

Assim, a forma de evolução da economia brasileira no período 1968-73 é que basicamente gerou as pressões inflacionárias e desequilíbrios do balanço de pagamentos em conta corrente.

O choque externo de fins de 1973 veio apenas agravar o quadro de deterioração dos termos de intercâmbio e aceleração da inflação com seus inevitáveis efeitos sobre a renda real disponível. O falso diagnóstico, porém, teve algumas conseqüências.<sup>13</sup> Entre elas: a) a sobreênfase à contribuição dos gastos com petróleo para o desequilíbrio do balanço de pagamentos, em 1974 e 1975, levou a uma percepção tardia da importância que assumiram as importações de bens de capital, matérias-primas básicas e produtos siderúrgicos, importância essa derivada de uma política de elevação do dispêndio agregado muito acima da capacidade doméstica de produção; b) a minimização da importância crescente que a conta de capital e o serviço da dívida externa assumiram para a economia brasileira como resultado de uma política de endividamento apoiada numa situação favorável do mercado internacional de capitais; c) a adoção de políticas corretivas de curto prazo, dada a crença de que a crise internacional era de caráter passageiro.

Tais fatos influíram significativamente na política econômica adotada a partir de 1974, principalmente no período 1974-77, e que se encontra cristalizada nos objetivos do II Plano Nacional de Desenvolvimento.

---

<sup>13</sup> BONELLI, op. cit. nota 10. p. 359-61.

O que é importante lembrar, no entanto, é que 1974 constitui-se o ano da inflexão do ciclo de crescimento, e que esta não se deveu à insuficiência de demanda por investimento ou de restrições de oferta de importações, e sim à insuficiência de demanda corrente de bens de consumo duráveis e não-duráveis. No caso dos não-duráveis, que participavam com 45% no produto industrial, a desaceleração foi causada pelo comprometimento da capacidade de endividamento das famílias.

Por outro lado, o setor produtor de bens de capital continuou crescendo, tendo apresentado ainda taxas elevadas de crescimento durante a vigência do II PND.

A análise das taxas médias de crescimento de alguns dados macroeconômicos básicos, correspondentes ao período 1973/80, (tabela 3), evidencia a inflexão ocorrida no ciclo de crescimento. No entanto a desaceleração esteve longe de configurar uma situação depressiva, uma vez que o PIB cresceu a uma taxa média anual de 7%, taxa que corresponde à tendência histórica do pós-guerra.

TABELA 3

Taxas médias geométricas anuais de crescimento de dados macroeconômicos básicos, no Brasil — 1967/80

DISCRIMINAÇÃO	PERÍODOS			
	1967/73	1973/80	1973/76	1976/80
	(em %)			
PIB	12,4	7,1	8,3	6,2
Produção Industrial	13,5	7,6	9,1	6,4
Bens consumo durável	25,5	9,3	10,3	8,6
Bens. cons. não-duráveis	9,1	4,4	4,8	4,1
Bens de capital	22,7	7,4	13,0	3,4
Bens intermediários	13,2	8,3	8,7	8,0
Investimentos				
Total	15,4	7,3	12,7	3,5
Governo	10,4	0,2	13,1	(8,5)
Ind. de transformação	37,2	0,1	9,9	(6,7)
Preços	19,5	48,6	37,6	57,4
Comércio externo (US\$ 1970)				
Exportações	17,0	10,4	14,5	7,5
Importações	21,4	4,4	9,2	1,6

FONTE DOS DADOS BRUTOS: FGV e FIBGE. In SERRA, op. cit. nota 12 p. 7.

Por sua vez, a decomposição do período 1973/80 em dois subperíodos permite visualizar o paulatino agravamento da situação, uma vez que todas as taxas de crescimento do produto, dos investimentos e do comércio externo foram menores no segundo subperíodo. Efetivamente, se fossem ainda acrescentadas as taxas relativas a 1981, em que o crescimento do PIB e do Produto Industrial foram negativas, configurando um quadro indubitavelmente recessivo, a performance do período como um todo, seria obviamente pior.

### **3.2 – A DESACELERAÇÃO (1974-81)**

#### **3.2.1 – As diferentes interpretações da crise de crescimento**

Há pelo menos três interpretações diferentes a respeito da crise de crescimento que ocorreu a partir de 1974. O presente trabalho tem adotado a interpretação defendida por Maria da Conceição Tavares, João Manuel C. de Mello e Luiz Gonzaga de M. Belluzzo, o que não impede, porém, de caracterizar as demais. Segundo Adroaldo Moura da Silva, tem-se as seguintes interpretações a seguir:<sup>14</sup>

a) existência de limites físicos de crescimento (Bacha, Bonelli e Malan). Segundo essa versão admite-se que há um limite superior permissível para o nível de produção e crescimento do produto, que é representado pelo produto potencial. E, sempre que o crescimento do produto efetivo é fortemente impulsionado, ele esbarra no limite, havendo um estancamento do crescimento, acompanhado de inflação e crise. Em outras palavras, a taxa de investimento sofreria súbita desaceleração devido à escassez de recursos produtivos. Argüem os adeptos dessa formulação, em seu favor, a intensa procura de meios de produção e mão-de-obra ocorrida no final de 1973, como sintoma de escassez de recursos.

b) limite ao nível da organização da política econômica (Moura da Silva). Segundo esta interpretação, a inibição do crescimento é dada pela forma de organização da política econômica, particularmente no que respeita à organização do mercado de capitais do País. A organização existente em 1974 não era capaz de absorver a crise internacional, de um lado, e as tentativas de mudanças nas prioridades de política econômica então propostas, de outro. Essa não absorção se reflete em quedas na eficiência marginal dos investimentos e em forte onda especulativa no setor financeiro

---

<sup>14</sup> MOURA DA SILVA, Adroaldo, "Evolução recente da economia brasileira". *Estudos Econômicos*. São Paulo, IPE, 9(3) : 10-20 set. 1979.

que conduz, em escala crescente, à desorganização e esvaziamento dos instrumentos tradicionais de controle da política econômica.

c) problemas de realização dinâmica (Tavares, Mello e Belluzzo). De acordo com essa versão, a desaceleração após 74 é explicada como reflexo do atraso relativo entre a taxa de crescimento da demanda efetiva e a taxa de expansão da capacidade do setor produtor de bens duráveis de consumo. O forte crescimento do parque industrial desses bens não foi acompanhado por igual acréscimo no mercado consumidor, criando, mantida elevada a expansão da capacidade produtiva, uma tendência à superacumulação na indústria como um todo, tendo em vista os efeitos propagadores dos setores líderes.

### 3.2.2 — Fatores e características da desaceleração

A reversão do ciclo não se manifestou de forma abrupta, tal como ocorreu no período anterior. Isto porque o investimento estatal (empresa e governo) continuou crescendo de maneira sustentada até 1979 pelo menos, “graças, de um lado, à capacidade de autofinanciamento corrente das empresas públicas e à sua capacidade de endividamento própria nos mercados financeiros interno e externo e, de outro, ao raio de manobra fiscal do governo federal, por meio do manejo de fundos especiais”.<sup>15</sup> Os subsetores líderes da expansão passaram a ser a construção civil (tanto residencial como obras de infra-estrutura) e serviços industriais de utilidade pública (construção de hidrelétricas), sob o impulso dos investimentos governamentais e das empresas estatais, investindo em insumos básicos, energia elétrica e prospecção de petróleo.

O sustentáculo principal dos investimentos foi o setor público — governo até 1976 e as empresas públicas até 1979 —, pois o investimento privado já desacelerou em 1975. A “retirada” do setor privado deveu-se basicamente à evidência do irrealismo de muitas metas de expansão do II PND, incluindo a reversão das expectativas sobre a evolução da economia mundial, que afetou os projetos de exportação e a concentração dos investimentos em atividades de relação capital-produto e prazos de maturação mais elevadas. A tabela 4 mostra a intensificação do aumento de relação capital-produto a partir de 1975. Também mostra que o investimento atingiu níveis elevados no triênio 1976-78, auge dos grandes projetos governamentais. Por outro lado, enquanto o estoque de capital aumentou 111,10% entre 1973 e 1980, o produto industrial expandiu-se em apenas 59,83% no mesmo período.

---

<sup>15</sup> TAVARES, op. cit. nota 2, p. 13



TABELA 4

Investimento, estoque de capital e relação capital-produto na indústria de transformação, no Brasil — 1973-80

ANOS	INVESTIMENTO	ESTOQUE DE CAPITAL	(em Cr\$ bilhões a preços de 70)	
			PRODUTO INDUSTRIAL	RELAÇÃO CAP/PROD.
1973	15,8	114,4	58,5	1,69
1974	17,3	131,7	63,1	1,81
1975	15,3	147,0	65,5	2,01
1976	21,0	168,0	73,9	1,99
1977	20,4	188,4	76,1	2,21
1978	20,3	208,7	81,4	2,31
1979	16,9	225,6	86,9	2,40
1980	15,9	241,5	93,5	2,41

FORNE DOS DADOS BRUTOS: FIBGE. In: SERRA, op. cit. nota 16, p.117.

No que se refere ao setor externo, sua situação foi agravada pela tendência “estrutural” a um crescente déficit comercial e à não adoção de controles de importações no biênio 74-75. “O efeito combinado da dívida externa líquida existente em fins de 1973 e do ‘excedente’ de importações de 1974-75 explicava, em fins de 1978 (véspera do novo ‘choque’ externo), mais da metade da dívida externa líquida brasileira, proporção que era de 38% em fins de 1980, apesar do novo choque externo do petróleo de 1979-1980”.<sup>16</sup> Além disso, é preciso lembrar que a tentativa de conter as importações, mediante o aumento de seus preços relativos (criação dos depósitos prévios no segundo semestre de 1975), foi um dos fatores que impulsionaram a inflação gerando reações contencionistas na política econômica.

O endividamento externo já começara a se acelerar no período do milagre, destinando-se a financiar déficits na balança comercial que, por sua vez, possibilitaram o aumento da taxa de acumulação e, indiretamente, da taxa de consumo. Mesmo após 1973, quando uma nova realidade internacional já se configurava, os déficits comerciais brasileiros continuaram elevadíssimos (reflexos dos II PND), sendo que em 1977 o endividamento externo já havia alcançado níveis sensivelmente elevados. O aumento das

<sup>16</sup> SERRA, José. “A crise recente”. *Revista de Economia Política*. Rio de Janeiro, 2(3): jul/set. 1982, p. 123

taxas de juros internacionais em 1979 agravou sobremaneira o referido quadro, tanto que, a partir de 1981, o Brasil se endividava quase exclusivamente para pagar juros.

Outro fator da desaceleração da atividade econômica foi o recrudescimento do processo inflacionário explicado, basicamente, pelos mecanismos da inflação administrada por parte das empresas oligopolistas (elevação das margens de lucro para manter a taxa de lucro como forma de compensar a diminuição nas vendas) e da inflação compensatória por parte do Estado (montagem de um sistema de subsídios financiados por emissões de moeda). Além disso, há que se considerar a política antiinflacionária adotada, a qual se baseava num diagnóstico de inflação de demanda. A partir desse diagnóstico, a opção fundamental de política adotada a partir de 1976 foi a compressão da expansão do crédito com liberação da taxa de juros e o controle da expansão do gasto público. Os efeitos dessas medidas sobre o crescimento industrial (duráveis, não-duráveis e bens de capital) e sobre a construção civil logo se fizeram sentir, infletindo a tendência em 1977 num sentido recessivo.

Os dados da tabela 5 ilustram o mau desempenho da indústria no ano de 1977, com taxas negativas para o setor de bens de capital e de consumo (especificamente bens de consumo não-durável). O fato de a indústria naquele ano ainda ter apresentado taxa de crescimento positiva se deve à estrutura da produção industrial, segundo a qual se constata ser reduzida a participação do setor produtor de bens de capital (15,4% em 1975 a 14,7% em 1980, na tabela 6) e elevada a de bens intermediários (34,6% e 37,4%, respectivamente).

TABELA 5

Taxas anuais de crescimento da produção industrial por categorias de uso, no Brasil — 1976—82

		(em %)				
		CATEGORIAS DE USO FINAL				
ANOS	INDÚSTRIA	Bens de capital	Bens in-termed.	Bens de consumo		
				total	durável	n.-dur.
até dez.						
1976	13,25	14,87	12,78	11,70	14,55	11,19
1977	2,51	- 4,18	7,14	- 0,41	0,48	- 0,57

1978	7,54	6,72	6,72	8,32	16,48	6,88
1979	6,91	5,29	9,03	5,17	7,55	4,74
1980	7,54	6,65	8,24	5,87	10,61	5,03
1981	-9,99	-18,93	-10,61	-6,02	-27,22	-2,29
1982	0,06	-11,19	0,46	2,69	7,73	1,80

FONTE: FIBGE.

TABELA 6

Estrutura da produção na indústria de transformação, no Brasil  
— 1970/80 —

(em Cr\$ milhões a preços de 70)

CATEGORIAS DE USO	1970		1975		1980	
	VALOR	%	Valor	%	Valor	%
Bem de cons. não-durável	52.432	45,0	70.521	36,8	94.063	34,4
Bens intermed.	40.082	34,4	66.296	34,6	102.410	37,4
Bens de cons. durável	10.836	9,3	25.475	13,3	36.951	13,5
Bens de Capit.	13.116	11,3	29.459	15,4	40.227	14,7
TOTAL	116.516	100,0	191.751	100,0	273.651	100,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: FIBGE, in SERRA, op. cit. nota 12, p. 9.

A análise dos dados apresentados nas tabelas 5 e 6 sugere que, no conjunto, a liderança do crescimento industrial permaneceu com o setor de bens de consumo duráveis. Entre 1975 e 1980, por exemplo, esse setor cresceu 45,05% em termos reais, enquanto que o total da indústria se expandiu 42,72% e bens de capital, 36,55%. É preciso destacar, no entanto, que essa liderança não foi constante durante todo o período 1973-80. De 1973 a 1976, o crescimento industrial foi liderado pelo setor produtor de bens de capital.

Apesar do forte crescimento da taxa de acumulação de capital pos 1973, garantida em boa parte pelo setor público, a dimensão relativa do setor de bens de capital não garante, sozinha, a realimentação da demanda conjunta de bens de produção e a geração de uma expansão do emprego capazes de assegurar um ritmo global de crescimento da produção industrial e da capacidade produtiva.

No entanto, as tendências recessivas dos setores produtores de bens não-duráveis de consumo são as que aparecem primeiro, uma vez que a massa de salários não acompanha o ritmo de crescimento da produção. E, como esse setor possui uma dimensão relativa bastante grande na produção industrial, uma queda acentuada no seu ritmo de crescimento contribui para diminuir a taxa de crescimento global da indústria de transformação (tabelas 3 e 6).

Finalizando estas considerações acerca dos fatores e características da desaceleração econômica, resta lembrar que a superestimação do crescimento da economia e a crença na natureza transitória da crise internacional levaram ao superdimensionamento dos projetos de insumos básicos, energia elétrica, exportações e bens de capital.

É bem verdade que os investimentos superdimensionados ou de longa maturação contribuíram para elevar significativamente o nível de emprego no curto prazo. Porém, simultaneamente, requereram enorme volume de recursos (basicamente de origem externa) pressionando a oferta monetária e o balanço de pagamentos. E, paralelamente a isso, consumiram recursos que poderiam ter sido investidos em outras áreas, tais como energia, combustível, transportes e agricultura, que representavam pontos de estrangulamento e continuaram realimentando inflação.<sup>17</sup>

### 3.2.3 – O II PND e os bens de capital

Em 1974, a partir de um diagnóstico acerca dos problemas que afetaram a economia brasileira no final de 1973 (atraso no setor de bens de produção e de alimentos, forte dependência do petróleo e tendência a um elevado desequilíbrio externo), foi elaborado e implementado o II PND, que projetou um novo padrão de acumulação: sustentar as elevadas taxas de crescimento, reverter a aceleração da inflação e conter o déficit do balanço de pagamentos. Dessa forma, a taxa de acumulação continuou a se elevar em 1974 e 1975, apesar de a reversão do ciclo já estar ocorrendo.

---

<sup>17</sup> SERRA, op. cit. nota 16, p. 126.

Para tanto, a intervenção do Estado tornou-se fundamental. Ele atuou subsidiando o capital, multiplicando linhas assistenciais de crédito e mantendo elevada a taxa de investimentos das grandes empresas estatais vinculadas aos setores prioritários. O financiamento interno foi obtido através da transferência de parte da poupança privada destinada ao financiamento dos bens duráveis de consumo e pela transferência da poupança compulsória (PIS-PASEP) para o sistema BNDE. O financiamento externo, por sua vez, foi amplamente utilizado, sobretudo para os projetos de exportação.

As metas do II PND, no que diz respeito ao setor de bens de capital e insumos básicos, previam um processo acelerado de substituição de importações, que, no entanto, não chegou a atingir as metas desejadas. É bem verdade, contudo, que os investimentos no setor foram fortemente impulsionados, resultando esse avanço na redução do coeficiente de máquinas e equipamentos importados nos projetos de investimento e no consumo aparente desses produtos. Entre 1973 e 1981, o coeficiente de importação de BK caiu de 26% para 18%.<sup>18</sup>

Essa diminuição, entretanto, deve-se menos à política governamental e mais à queda nas taxas de investimento de alguns setores industriais, a qual deriva, sobretudo, de um decréscimo na taxa de rentabilidade esperada no investimento privado em face do crescimento da capacidade ociosa geral da indústria.

Por outro lado, é inegável que o desempenho do setor produtor de bens de produção foi razoável no período: 7,4% — 13,0 entre 1973/76 e 3,4% entre 1976/80 (tabela 3). A participação média da formação bruta de capital fixo no PIB alcançou 24% entre 1974 e 80, sendo 1975 o ano com maior índice de participação: 26,8%. Apesar de sua expansão razoável, houve três problemas específicos que contribuiriam para inibir o crescimento do setor: a) problema de ociosidade em decorrência ou de um número excessivo de projetos nas mesmas linhas de produção ou de volumosos investimentos para satisfazer uma demanda que nunca se materializou (ex: indústria de material ferroviário); b) problema das importações de equipamentos que poderiam ser produzidos pela indústria doméstica; e c) instabilidade das compras de bens de capital no mercado doméstico e a sempre presente opção pela importação, tendendo a incentivar a diversificação das linhas de produtos com re-

---

<sup>18</sup> Os coeficientes de importação de bens de capital evoluíram da seguinte maneira no período de 1973 a 1981: 1973: 26,0%; 1974: 29,9%; 1975: 33,3%; 1976: 24,0%; 1977: 20,0%; 1978: 19,5%; 1979: 19,0%; 1980: 19,9%; 1981: 18,8%

flexos negativos sobre as possibilidades de especialização técnica das empresas. Entretanto, parece ser de Maria da Conceição Tavares a interpretação mais correta dada ao desempenho da indústria de bens de capital e insumos básicos entre 1973 e 1975. Embora tenha praticamente dobrado sua capacidade produtiva no período, "a dimensão relativa do setor de bens de capital é insuficiente para que gere uma demanda autônoma capaz de realimentar a sua própria demanda e a demanda conjunta dos bens de produção".<sup>19</sup>

Com relação ao financiamento dos projetos, ressalta-se que a necessidade de ampliar as fontes internas de financiamento do Estado deu origem a novas formas de poupança compulsória, fazendo-se aguda a competição pelos recursos financeiros e gerando novos focos de pressão inflacionária. Por sua vez, as empresas estatais recorreram a empréstimos externos em moeda, ampliando suas fontes de recursos. O problema é que os investimentos públicos possuem, via de regra, um componente de importações elevado, e os grandes projetos, como a ferrovia do aço, Usiminas e o Porto de Tubarão, com alta densidade de capital, custarão a proporcionar resultados relevantes ao nível da balança comercial.

De um modo geral, porém, pode-se classificar a estratégia de desenvolvimento, ao mudar a ênfase do setor produtor de bens de consumo duráveis para o de bens de capital e insumos básicos, como adequada. O problema foi que as metas eram excessivamente ambiciosas e inviáveis em face da nova realidade internacional.

### 3.3 – O AGRAVAMENTO DA CRISE (1979-82)

Ao final de 1978, apesar de haver conseguido manter a taxa de crescimento do PIB em torno de sua tendência histórica do pós-guerra (7%), a economia brasileira apresentava uma vulnerabilidade relativamente grande com relação ao setor externo: a) elevadas taxas inflacionárias não cederam frente a uma política econômica contracionista; b) a dívida externa já assumia proporções consideráveis com o agravante de que a dinâmica do crescimento da dívida já era de natureza predominantemente financeira; c) continuava elevando o consumo de petróleo e pouco se havia avançado nos programas de fontes energéticas alternativas; d) persistia o atraso dos cultivos para o mercado interno e e) investimentos gigantescos ainda em andamento.

---

<sup>19</sup> TAVARES, M.C. *Ciclo e Crise*, Rio de Janeiro, UFRJ, tese não publicada, p. 96-7.

Foi no contexto dessa vulnerabilidade que ocorreu o choque externo do segundo aumento real dos preços do petróleo consubstanciado no recrudescimento da inflação mundial, na elevação das taxas de juros internacionais e na forte deterioração das relações de troca do Brasil. É preciso salientar, outrossim, que o País já se defrontava com problemas no plano interno, cristalizados nos efeitos negativos da inconsistência da política econômica entre o segundo semestre de 1979 e o primeiro de 1980.

Até aquele momento, o Governo agira no sentido de subsidiar o capital, multiplicando linhas assistenciais do crédito, dando margens à especulação financeira e mantendo elevada a taxa de investimento das grandes empresas estatais; "em outras palavras, trouxe a crise para dentro do aparelho estatal".<sup>20</sup>

Esse conjunto de medidas permitiu, por um lado, que os investimentos privados se mantivessem aquecidos e, por outro, que os lucros das grandes empresas continuassem crescendo. Porém, já no início de 1979, a indústria começava a dar sinais inequívocos de desaceleração do crescimento de sua produção e de sua oferta de emprego, observando-se, ainda, significativa redução do investimento produtivo e elevação da capacidade ociosa do setor de bens de capital, principalmente entre os segmentos que produziam equipamentos sob encomenda.

Uma inflação de quase 80%, uma dívida externa em torno de 50 bilhões de dólares e uma dívida interna por volta de 500 bilhões de cruzeiros, refletindo a exaustão da capacidade operacional dos instrumentos de política econômica, levaram, em agosto de 1979, à substituição do Ministro do Planejamento. A troca de ministros marcou "uma nova forma de administrar a crise, sintetizada no conjunto de medidas tomadas em dezembro de 1979 e abril de 1980, cujo objetivo foi o de repartir o ônus da crise entre os diversos setores privados, bem como o de recuperar a eficácia dos mecanismos de controle da política econômica por parte do Estado."<sup>21</sup> Tais medidas podem ser sintetizadas pela redução dos subsídios, elevação da carga tributária, limitação do crédito, prefixação das correções monetária e cambial, muito abaixo da inflação esperada, cortes nos orçamentos das empresas estatais, controle rigoroso no reajuste de preços inclusive salário, maiores incentivos ao setor exportador e limitações às importações, via desvalorização do cruzeiro.

---

<sup>20</sup> INDICADORES ECONÔMICOS RS. Porto Alegre. Fundação de Economia e Estatística, 8(2): 106-8.

<sup>21</sup> INDICADORES, op. cit. nota 19

A frustração dessa política e a influência da chamada comunidade financeira internacional induziram à adoção de uma estratégia claramente ortodoxa de combate ao desequilíbrio externo e à inflação. Na realidade, até o fim de 1980, a política adotada ainda não estava perfeitamente caracterizada no sentido de recorrer à estratégia de desacelerações do crescimento industrial. No entanto, tal objetivo evidencia-se quando, naquela ocasião, passou a haver contenção do consumo interno e queda violenta nos investimentos, devido, principalmente, à liberação da taxa de juros. A oferta monetária contraiu-se consideravelmente, os investimentos das empresas estatais sofreram novos cortes, a prefixação da correção monetária e da correção cambial foram abandonadas e a taxa de juros e os preços das mercadorias foram liberados. A política ortodoxa adotada seguia o receituário do FMI ainda que não completamente. Faltavam condições políticas para o Governo tomar medidas no sentido de modificar a lei salarial de 1979 e eliminar os subsídios às exportações e à agricultura. As modificações introduzidas visavam, por um lado, a aumentar o excedente exportável e, por outro, a ampliar os recursos para o estímulo aos setores exportadores e energéticos na elevação da poupança.

Ocorreu, então, uma compressão violenta da demanda por bens duráveis de consumo, altamente dependente de financiamento e, justamente, o setor dinamizador do crescimento industrial. As empresas desse setor deixaram então, de atuar como pólos dinamizadores dos demais setores. No entanto, por serem oligopolizadas, elas conseguem manter-se num patamar mínimo de produção e têm a capacidade de administrar seus preços de forma a manter suas margens de lucro. Outro expediente utilizado foi a redução do pessoal empregado.

As conseqüências da estratégia implementada fizeram-se sentir duramente em 1981. A desaceleração da atividade econômica transformou-se em recessão e pela primeira vez, desde 1930, a taxa de crescimento do PIB foi negativa: - 3,5%. Os níveis do produto e do emprego industriais, por sua vez, caíram 9,9% e 7,5%, respectivamente. Infelizmente, dadas as peculiaridades da economia brasileira, o elevado custo em termos de produção e emprego desta política, não teve contrapartida correspondente no que se refere à luta contra a inflação, pois esta caiu muito moderadamente, reduzindo-se de 110% em 1980 para 95,1% em 1981. A balança comercial, no entanto, alcançou um saldo positivo graças à redução nas importações e os banqueiros internacionais voltaram a conceder crédito ao Brasil.

A situação de crise que se abateu sobre a economia brasileira em 1981 alastrou-se para o ano seguinte, ainda que tenha se verificado uma certa



refreada na vertiginosa queda que a produção industrial vinha experimentando. No entanto, dado que o melhor desempenho da produção não se fez acompanhar de semelhante evolução das variáveis investimento e emprego, era de se esperar que a recuperação observada não levaria à superação da crise.

A queda na demanda efetiva, ocorrida durante o ano de 1981, levou a uma desaceleração intensa da atividade industrial com vista a eliminar estoques acumulados no ano anterior. Assim, criou-se um certo espaço para a reposição desses estoques de forma a aumentar o ritmo da produção industrial, principalmente no setor de bens de consumo. Entretanto, já no último trimestre de 1982 apresentavam-se sinais de uma nova reversão no ritmo de crescimento da indústria.

As dificuldades para a obtenção de dólares para o fechamento do balanço de pagamentos, dada a crescente deterioração das condições de acesso às fontes de financiamento, levaram o governo brasileiro a iniciar entendimentos com o Fundo Monetário Internacional e, em dezembro, foram efetuados os primeiros saques. Como era de se esperar, no entanto, tais entendimentos levaram à adoção de uma política econômica ainda mais restritiva, conduzindo a um aprofundamento da recessão industrial no País.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dinâmica da industrialização brasileira nos últimos 25 anos tem conferido ao setor produtor de bens duráveis de consumo e de bens de capital a liderança do processo de acumulação. Nos últimos 15 anos, o setor de "ponta" tem sido principalmente o primeiro deles. O setor produtor de bens de capital sobressaiu como líder apenas depois que o primeiro já se encontrava em acelerada fase de expansão e fez encomendas ao setor de bens de produção ou então em função de uma política de investimento caracterizada por projetos de grande envergadura sob responsabilidade do Governo e empresas estatais (II PND).

No entanto, o declínio da atividade econômica da segunda metade dos anos setenta e do início dos anos oitenta constitui-se, provavelmente, uma crise de transição. O modelo de desenvolvimento industrializado que nos anos 50 substituiu o modelo de substituição de importações parece estar esgotado. Criou-se uma relativa indefinição acerca do próximo ciclo expansivo e de quais os setores que assumirão o papel de líderes. É de se esperar a definição de um novo padrão de acumulação para o Brasil.

Ocorre que a economia brasileira encontra-se numa fase crítica condicionada pelos problemas oriundos do balanço de pagamentos. A recessão industrial foi decorrência de uma política econômica contencionista adotada principalmente com a finalidade de, ao diminuir o ritmo de crescimento da indústria, provocar um decréscimo no volume de importações e, conseqüentemente, obter um superávit na balança comercial.

A busca junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI), pelo governo brasileiro, do aval para sua política econômica no intuito de obter credibilidade junto aos banqueiros internacionais, garantiu o fluxo de recursos financeiros externos necessários para honrar os compromissos da vultosa dívida externa brasileira. Entretanto, o ônus de tal aval, como se sabe, reflete-se na compressão da demanda interna mediante o aprofundamento da recessão. A questão que se coloca é, pois, se tal política é a mais adequada para a realidade brasileira. Segundo economistas como José Serra, as alternativas que efetivamente se apresentam prevêm "o desafio de uma política econômica heterodoxa capaz de compatibilizar uma retomada do crescimento sustentado a médio e longo prazos com uma atenuação das desigualdades sociais no contexto de um regime político em processo de abertura e de atuação econômica internacional adversa."<sup>22</sup>

A nova orientação deveria necessariamente se inscrever em outro padrão de desenvolvimento. O esforço relativo de investimento terá de ser muito maior do que o historicamente observado, levando em consideração: a) necessidade de manter baixo o coeficiente de importações; b) os altos custos de transformação da matriz energética e de transportes da economia e c) as dimensões dos projetos de exploração de matérias-primas básicas para substituir importações e sustentar as exportações.

No entanto, a efetiva trajetória do próximo ciclo expansivo, dadas as condições potenciais de demanda e oferta da economia brasileira, deverá ser dada pelas condições políticas e, principalmente, por decisões políticas.

## BIBLIOGRAFIA

- ASSIS, L. Eduardo A. "A indústria de bens de capital na década dos 70 — conjuntura e política econômica". **Cadernos PUC — Economia**. São Paulo, nº 12: 61-86, mar. 1982
- BACHA, Edmar. **Os mitos de uma década: ensaios de economia brasileira**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

---

<sup>22</sup> SERRA, op. cit. nota 16, p. 132.

- BONELLI, Regis & MALAN, Pedro S. "Os limites do possível: notas sobre balanço de pagamentos e indústria nos anos 70". **Pesquisa e Planejamento Econômico**. Rio de Janeiro, IPEA, 6(2): 353-406.
- CARDOSO DE MELLO, João Manuel & BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. "Reflexões sobre a crise atual". **Escrita Ensaio**. Ano 1, nº2, 1977.
- CONJUNTURA ECONÔMICA. Rio de Janeiro, FGV, vários números.
- COUTINHO, Luciano G. "Política econômica: 1974-80". **Revista de Economia Política**. Brasiliense. São Paulo, 1(1): 77-100, jan/mar 81.
- FURTADO, Celso. **O Brasil pós-milagre**. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1981.
- FURTADO, Celso. **A nova dependência: dívida externa e monetarismo**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1982.
- INDICADORES ECONÔMICOS RS. PORTO ALEGRE, FEE, 8(2): 93-121, 9(2): 120-146, 10(4): 115-124, jan. 1981, jan. 1982 e dez. 1982.
- MOURA DA SILVA, Adroaldo. "Evolução recente da economia brasileira". **Estudos Econômicos**. São Paulo, IPE, 9(3): 7-60, set/dez. 1979.
- SERRA, José. "Ciclos e mudanças estruturais". **Revista de Economia Política**. Brasiliense. São Paulo, 2(1): 5-46, abr/jun. 1982.
- SERRA, José. "A crise recente". **Revista de Economia Política**. Brasiliense. São Paulo, 2(3): 111-136, jul/set. 1982.
- TAVARES, Maria da Conceição. "La dinámica cíclica de la industrialización reciente del Brasil". **El Trimestre Económico**. México, Fondo del Cultura Económica, XLVII (185): 3-47, ene/mar 1980.
- TAVARES, Maria da Conceição & BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. "Notas sobre o processo de industrialização recente no Brasil". **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, FGV, 19(1): 7-16, jan/mar. 1979.